

A ameaça de guerra e o movimento pela paz *

Nos anos 1980 ainda se publicava uma revista, entretanto desaparecida, dirigida por Mário Murteira e sustentada por uma equipa de economistas com experiência de intervenção política tanto em Portugal como nos novos países africanos. O seu título encerrava todo um programa: “Economia e Socialismo”, e estava ligada a uma cooperativa com o mesmo nome.

Por essa altura, as questões da guerra e da paz na Europa estavam ao rubro, mercê da que se haveria de designar “crise dos euromísseis”, quando a tensão entre os blocos político-militares se traduzia numa escalada armamentista de grande dimensão no quadro europeu. Daí que Mário Murteira julgasse oportuno centrar um número da revista nessa problemática e, além de colaboradores estrangeiros, convidou Viriato Soromenho Marques para fazer um ponto da situação sobre as questões estratégico-militares, e a mim para escrever um balanço sobre os movimentos para a paz. Soromenho Marques já então era daqueles intelectuais que articulavam vida académica e intervenção cívica, e tinha uma invulgar capacidade de análise e reflexão nestes domínios. Por várias vezes trabalhámos juntos nesta esfera de preocupações e o nosso caso constitui um bom exemplo do processo de disseminação entre os civis do conhecimento dos assuntos militares que então as circunstâncias propiciavam.

Muitas vezes, tais circunstâncias eram fortuitas e imprevistas. Foi o caso. Pela minha parte, trabalhava no CIDAC, uma organização não governamental de cooperação para o desenvolvimento. Criado logo após o 25 de Abril de 1974, a sua primeira designação foi Centro de Informação e Documentação Anti-Colonial, substituída, por razões óbvias, após as independências africanas, por Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral. Utilizando um conceito que mais tarde se haveria de difundir, poderia dizer-se com total pertinência que o CIDAC era uma rede de redes. Actuando em diversas áreas da solidariedade internacional, desdobrava-se em circuitos múltiplos, em parte autónomos mas interligados, que iam desde a cooperação técnica até ao apoio a lutas de libertação, desde o tratamento da documentação até à educação para o desenvolvimento. Cada um destes circuitos organizava-se em rede, sob a forma de múltiplas parcerias com pessoas e entidades dos vários continentes.

Uma das “redes” que se constituiu de forma imprevista centrou-se na promoção da paz, no início dos anos 80. O pretexto foi o convite de um belga, Pierre Galland, já muito nosso conhecido porque dirigia uma ONG belga, a Oxfam Belgique, e mais tarde haveria de presidir ao Comité de Liaison das ONG’s europeias de desenvolvimento junto da Comissão Europeia. Convidava-nos para participar numa assembleia do movimento europeu para a paz, a realizar em Bruxelas. Daí resultou a criação do GAP – Grupo de Acção pela Paz, que manteve durante anos uma intervenção sistemática em Portugal e uma ligação sólida com os movimentos europeus que agiam no contexto da crise dos euromísseis. O texto que então publiquei na *Economia e Socialismo* exprime com grande pormenor os contornos do nosso pensamento nesse contexto.

A consciência do perigo de morte surge com alguma frequência nos indivíduos e nos grupos humanos. Desde o acidente pessoal até à epidemia mortífera, desde a catástrofe natural até à liquidação física pelo inimigo, o risco de perdermos a vida está no nosso horizonte. O que há de novo no nosso tempo é a percepção de que o

* Publicado em *Economia e Socialismo*, Revista trimestral de economia política, Nova Série n.os 64/65 Janeiro-Junho 1985.

extermínio pode ser colectivo. A humanidade dispõe de meios para se auto-destruir e mesmo para reduzir drasticamente as condições de sobrevivência no planeta. Semelhante percepção não deriva de um qualquer sentimento irracional, fruto de reacções emotivas de medo, ou de pânico, ou de histeria contagiante, mas antes da lucidez acerca do potencial destruidor acumulado nas últimas décadas e da sua virtual utilização. O facto de o nosso século ter assistido, pela primeira vez, à mundialização do fenómeno guerra leva à convicção, com fundamento lógico, de que uma nova guerra mundial poderá ser a última.

Deu-se uma democratização da consciência deste risco. O homem da rua dispõe hoje de um conjunto de informações relativamente precisas acerca do barril de pólvora sobre o qual vamos vivendo. Ele sabe que os investimentos militares e o comércio internacional de armas atingem somas astronómicas. Ele sabe que se têm multiplicado e aperfeiçoado os armamentos convencionais e ouviu mesmo falar desses outros instrumentos de morte, algo misteriosos mas certamente terríveis, que são as armas bacteriológicas e químicas. Mas sobretudo o homem da rua conhece as dimensões que atingiu o armamento nuclear. Chegam aos seus ouvidos os números correspondentes a uma realidade que ele tem dificuldade em imaginar, mas que nem por isso é menos assustadora, uma realidade que se contabiliza em megatoneladas.

Perante a esmagadora dimensão deste risco, uma eventual compensação pode ganhar corpo: o potencial destruidor é tão grande que é inimaginável ele vir a ser utilizado. Qual o dirigente mundial, qual o leader político, qual o chefe militar que poderia assumir a responsabilidade de desencadear um conflito de proporções imprevisíveis? O arsenal nuclear é demasiado potente para ser pensável que venha a ser utilizado. Mais ainda, o seu efeito dissuasor é tão forte que esses possíveis instrumentos de morte se convertem em salvaguarda da paz. O tão falado “equilíbrio do terror” ao menos tem tido o mérito de impedir a guerra. Tal perspectiva seria tranquilizante. Afinal a humanidade não é tão insensata que ponha em risco a sobrevivência da espécie.

Todavia esta suposta consolação rapidamente é desmentida pelos factos. Se o armamento nuclear se destinasse a não ser utilizado, como explicar então a sua proliferação e sofisticação crescentes, mesmo depois de largamente ultrapassado o patamar da “mútua destruição assegurada”? Se o objectivo fosse a dissuasão, uma vez ela garantida, como explicar a escalada para além de toda a racionalidade? Se as bombas atómicas e termonucleares não existissem para ser usadas, como explicar toda a elaboração de doutrinas onde a sua utilização é prevista, programada, preparada? Como esquecer que essa utilização chegou a ser seriamente ponderada e mesmo solicitada por altos responsáveis em momentos de crise aguda, como aconteceu nos anos 50 e 60 na altura da guerra da Coreia, ou do Vietname (ainda no tempo da ocupação francesa), ou da “crise dos mísseis” em Cuba? Numa palavra, por mais absurdo que isso possa parecer, a guerra nuclear é possível e fabulosas energias são orientadas para a sua preparação. A perspectiva deixa de ser tranquilizante e torna-se de novo ameaçadora.

Mais ainda, a ameaça de guerra transformou-se hoje num instrumento sabiamente manipulado pelos poderes político-militares. Manter viva essa ameaça, nem que seja de maneira subtil e difusa, serve evidentemente os seus

objectivos: dá-lhes pretextos para justificar o acréscimo dos investimentos militares, permite-lhes praticar uma redobrada chantagem nas relações internacionais e, sobretudo, proporciona-lhes um excelente meio de diminuir a margem de autonomia dos povos. Um ambiente de ameaça de guerra é um bom caldo de cultura para o rearmamento, para a militarização e para o reforço das hegemonias.

Daí que a ameaça de guerra seja uma “categoria” política digna de ser analisada. Não se pense, porém, que se trata de um simples *bluff* para efeitos de propaganda. O fundamento para a percepção de uma tal ameaça não reside num fenómeno de manipulação da opinião pública mas na análise objectiva da situação internacional. Ora justamente esta situação tem evoluído de tal maneira que se justifica que a percepção de ameaça esteja consideravelmente radicada nos nossos espíritos.

Do desanuviamento ao endurecimento

Os anos 1979-80 assinalaram uma importante transição neste domínio, podendo dizer-se que a partir deles se criou uma conjuntura sentida como particularmente grave. Esses anos correspondem a uma viragem no sentido do endurecimento das tensões internacionais, o que é tanto mais significativo quanto é certo que o período anterior tinha sido caracterizado por um relativo desanuviamento. Se o imediato após-guerra, digamos entre 1945 e o final dos anos 50, correspondeu claramente à fase da “guerra-fria”, a verdade é que em grosso as décadas de 60 e 70 ficaram marcadas pelo espírito da coexistência pacífica, pelo equilíbrio entre os blocos e pelo ambiente de *détente*. Dois factos históricos funcionam como símbolo desta época: a assinatura do Acordo SALT-I em Maio de 1972 e a Conferência de Helsínquia em Agosto de 1975. O primeiro, era um tratado americano-soviético que consagrava e regulava a “paridade estratégica” das duas superpotências, impondo alguns princípios limitativos das forças nucleares em presença e estabelecendo um quadro de que se poderia esperar pelo menos um abrandamento da corrida armamentista. O segundo, ou seja, a Conferência sobre a segurança e a cooperação na Europa visava consagrar o *status quo* no velho continente, culminando a política de coexistência pacífica e procurando introduzir gradualmente medidas tendentes a reforçar a confiança entre os blocos antagónicos. Pela sua carga simbólica, estes acontecimentos definem um período.

Porquê então a viragem para o agravamento das tensões? Seria longo recapitular aqui todos os elementos do pano de fundo da situação internacional nesta transição dos anos 70 para a década de 80, pelo que basta recordar as coordenadas principais. Fora de qualquer perspectiva simplificadora, poderia dizer-se que na origem do endurecimento recente se entrecruza um conjunto de factores tão diferentes como são a reacção à crise económica mundial e a confluência de aspectos ideológico-culturais, particularmente os relativos à posição norte-americana no mundo.

É bem conhecido o fenómeno da crise do modelo de acumulação que, embora com particularidades perfeitamente distintas e específicas, se verificou tanto nas economias capitalistas como nas economias centralmente planificadas, levando os respectivos pólos dominantes a recolocar-se no panorama internacional. Nomeadamente no que toca aos Estados Unidos da América, as tendências para a

liberalização interna vieram a par de um crescente intervencionismo estatal no exterior, como forma de recuperar uma hegemonia mundial relativamente abalada. O reforço do militarismo tem assim o duplo condão de engrossar a afirmação de poderio imperial nas relações externas e de, internamente, permitir a justificação de aumentos espectaculares nas despesas militares. Em regime capitalista, esta política é largamente compensadora, quanto mais não seja porque sobem em flecha os lucros das empresas produtoras de material de guerra. “Avaliou-se que os benefícios que essas companhias retiram do material militar são 30 a 50 por cento superiores àqueles que retirariam de um mercado do mesmo nível tecnológico, mas submetido às leis da concorrência” (Carl Sagan). Outro tanto aliás não se passa na lógica das economias planificadas, de tal maneira que para a URSS a corrida armamentista não é um factor de reanimação económica mas antes um pesado encargo que se mantém à custa da retracção de outros sectores – mais uma razão para os EUA jogarem no rearmamento como meio de debilitação económica do seu rival.

Regressando porém ao ano de 1979, nele se vão verificar dois factos onde se manifesta à evidência o endurecimento das tensões internacionais. No início desse ano, a queda do Xá do Irão foi o culminar de uma revolução anti-americana inspirada no fundamentalismo islâmico xiita. Digerida a derrota do Vietname e ultrapassado o conseqüente período de não-intervencionismo, o caso do Irão põe à prova o orgulho nacional norte-americano e vai constituir o óptimo pretexto para o retorno em força do espírito intervencionista. Por sua vez, no final do mesmo ano, a União Soviética realiza a sua primeira grande operação militar fora da área do Pacto de Varsóvia – ao invadir e ocupar o Afeganistão, a URSS não se limita a violar o direito internacional ou a manietar militarmente um país do Terceiro Mundo, mas ainda demonstra a sua imagem de potência expansionista. É neste contexto internacional que se dá a transição do democrata Carter para o conservador Reagan e os sinais da viragem não se fazem esperar: é criada a “Força de Intervenção Rápida” norte-americana, destinada a actuar à distância sempre que os “interesses vitais” dos Estados Unidos estejam em causa; é dada luz-verde à produção da bomba de neutrões; o Senado norte-americano recusa a ratificação do acordo SALT-II. O resultado desta série de acontecimentos é o retorno à confrontação bipolar, o declínio do desanuviamento e um discurso internacional que faz lembrar o regresso à linguagem da guerra-fria.

Entretanto, sempre no ano de 79, os meios da NATO agitam-se com as notícias da modernização dos arsenais soviéticos, particularmente com a introdução de dois novos vectores nucleares: um bombardeiro médio, de geometria variável, identificado pela sigla Tu-22M/-26, conhecido no Ocidente pela designação de *Backfire*, dotado de instrumentos electrónicos sofisticados; e um míssil balístico de médio alcance, capaz de transportar três cabeças nucleares independentes até uma distância de 5000 km: o célebre SS-20. Centenas destes novos vectores já estariam operacionais o que, sempre segundo os meios da NATO, provocava uma situação de desequilíbrio no “teatro europeu”. Daí aquela que ficou conhecida como a “dupla decisão” da NATO em Dezembro de 79: instalar na Europa 108 mísseis balísticos Pershing II e 408 mísseis de cruzeiro, a partir de 1983, a não ser que a URSS aceitasse desmantelar a sua panóplia de SS-20 dirigidos à Europa.

Rapidamente se tornou evidente que esta medida, supostamente destinada a

restaurar o equilíbrio nuclear no continente europeu, provocava - ela sim - uma situação de grave desequilíbrio, já que introduzia novos dados estratégicos que alteravam a correlação de forças. Com efeito, se é verdade que a implantação dos SS-20 correspondia a uma modernização do poder nuclear soviético, também é verdade que ela não rompia a paridade global existente. Inversamente, a instalação dos novos euromísseis controlados pelos Estados Unidos transformava radicalmente a situação: pelas suas próprias características, como a rapidez, ou a precisão, ou a dificuldade de intercepção, esses sistemas de armas tinham uma notória vocação de “primeiro disparo” (*first strike*). Eles constituíam tecnicamente uma tal ameaça para o território soviético que, em caso de conflito ou de crise aguda, seriam inevitavelmente os primeiros alvos a neutralizar. Desta maneira, os euromísseis agravavam drasticamente a vulnerabilidade da Europa.

Tanto mais que, entretanto, iam sendo conhecidas novas doutrinas militares em que o cenário de uma guerra nuclear limitada era expressamente previsto, com um teatro de operações circunscrito ao continente europeu. Já em 1981, tanto o Presidente Reagan como o seu Secretário de Estado General Haig exprimiram claramente esta possibilidade, adensando a desconfiança dos europeus quanto à protecção do chapéu-de-chuva norte-americano, já que os Estados Unidos estariam essencialmente interessados em garantir a invulnerabilidade do “santuário” do seu próprio território.

Outros acontecimentos posteriores vieram aumentar a percepção de risco por parte da opinião pública. Bata lembrar as notícias acerca de falsos alertas nucleares provocados por mau funcionamento dos computadores americanos; a divulgação de estudos sobre o “Inverno nuclear” e as incalculáveis consequências ecológicas para todo o planeta mesmo de uma guerra relativamente limitada ao hemisfério norte; a decisão dos militares soviéticos, tomada aparentemente à revelia dos dirigentes políticos, de abater o avião sul-coreano, confirmando a possibilidade de resposta automática a qualquer indício de ameaça; etc., etc.

Numa palavra, poucos anos depois da Conferência de Helsínquia, a segurança europeia está verdadeiramente em crise. O armamento nuclear deixou de ser apreendido como um factor de dissuasão no quadro da paridade estratégica das superpotências, para passar a ser sentido como um foco permanente de instabilidade e de risco. O declínio da *détente* leva a pensar que o imenso potencial destruidor, longe de ser um monstro adormecido, está ao serviço de políticas externas agressivas, não sendo de excluir a sua utilização. A catástrofe nuclear é assim uma possibilidade histórica e a Europa pode muito bem ser o campo de batalha ou, pelo menos, o epicentro da explosão. Se acrescentarmos a tudo isto a realidade da crise económica mundial, mais as coisas se complicam: a memória colectiva do nosso século permite associar depressão económica e guerra mundial. Além de que a multiplicação de conflitos regionais, nesse outro vasto “teatro de operações” que é o Terceiro Mundo, permite imaginar que o incêndio geral pode deflagrar a partir de qualquer ponto periférico. Não é pois sem fundamento que a ameaça de guerra e a consciência do perigo da auto-destruição da humanidade pairam sobre a nossa geração.

O surto do movimento pela paz

Se é este o contexto geral que assinala a penúltima década do século XX, os

povos não ficaram passivos face a tal situação. Dir-se-ia que em resposta ao endurecimento das tensões internacionais, também a partir de 79-80 assistimos à emergência de um dos mais fortes movimentos sociais contemporâneos: o movimento pela paz.

Justamente no ano de 1980 foi tornada pública uma importante Declaração de iniciativa da Fundação Russell e assinada por um certo número de sindicalistas e parlamentares britânicos. Esse documento, conhecido como Apelo Russell, tem também um notável valor simbólico, na medida em que representou um significativo passo na consciência colectiva e um sugestivo pólo de mobilização, ao ponto de poder ser considerado como a plataforma de referência deste novo movimento pela paz. Vale a pena citar os seus três primeiros parágrafos, na medida em que resumem as coordenadas atrás referidas: “Estamos agora a entrar no período mais perigoso da história da humanidade. A terceira guerra mundial não é apenas possível mas cada vez mais verosímil. As dificuldades económicas e sociais nos países industrializados avançados, a crise, o militarismo e as guerras no terceiro mundo alimentam as tensões políticas que sustentam uma demente corrida aos armamentos. Na Europa, principal teatro geográfico da confrontação Leste-Oeste, surgem novas gerações de armas cada vez mais mortíferas. Desde há pelo menos 25 anos, as forças do pacto do Atlântico e do tratado de Varsóvia possuem ambas armas nucleares suficientes para aniquilarem os seus adversários e, ao mesmo tempo, para porem em perigo a própria base da vida civilizada. Mas à medida que os anos passam, a concorrência em matéria de armamentos nucleares leva à sua multiplicação, aumentando a possibilidade de um erro de cálculo de consequências devastadoras. À medida que cada campo se esforça por provar que está pronto a servir-se dessas armas, a fim de impedir o seu uso pelo campo adversário, são concebidas novas armas mais *utilizáveis*, e a ideia de uma guerra nuclear *limitada* é apresentada de maneira cada vez mais plausível. A questão vai tão longe que este processo paradoxal não pode senão conduzir logicamente ao uso efectivo destas armas”.

Assentes estas premissas, o Apelo Russell lança uma palavra de ordem que ficou célebre: “O remédio encontra-se nas nossas mãos. É necessário que actuemos em conjunto para libertar o território da Europa, desde a Polónia até Portugal, de armas nucleares, de bases aéreas e de bases de submarinos, bem como de todos os organismos que participam na pesquisa ou fabrico de armas nucleares”. A causa por uma Europa desnuclearizada, da Polónia a Portugal, mobilizou enormes multidões. Nestes anos de 1980 até 1984, fomos vendo regularmente na imprensa notícias sobre a vastidão do movimento que se gerou. Manifestações gigantescas como não se viam desde o termo da segunda guerra mundial foram tendo lugar nas principais capitais, desde Bona até Londres, desde Nova Iorque até Roma. Em Bruxelas, em Berlim, em Perugia, têm-se reunido anualmente grandes Convenções europeias onde convergem os activistas deste importante movimento de massas.

Um movimento desta amplitude só é pensável com base numa forte mentalização da opinião pública. Ora justamente os inquéritos de opinião mostram que o temor da guerra nuclear aumentou sensivelmente nos últimos anos. Por exemplo, segundo uma sondagem realizada na Suécia em 1973, 55% das pessoas interrogadas manifestavam receio de uma guerra nuclear, mas em 1982 este

número tinha subido para 78%; da mesma maneira um inquérito numa amostragem envolvendo 14 países diferentes fazia ver que as estimativas sobre a probabilidade de uma nova guerra mundial variavam entre 29% e 47%. De novo como exemplo, uma sondagem na Bélgica revelava que 42% dos inquiridos se opunha à implantação dos mísseis americanos no seu território, contra 26% de favoráveis, enquanto na Holanda 68% das pessoas eram contrárias e 28% a favor dessa mesma instalação.

Só esta sensibilização da opinião pública explica o grande crescimento dos movimentos pelo desarmamento nuclear. Um caso típico é o do CND – Campaign for Nuclear Disarmament – na Grã-Bretanha. Movimento radicado em longos anos de prática, o CND tem visto crescer espectacularmente os seus filiados e as suas actividades: entre 1960 e 1982 passou de cerca de 2.000 membros para 41.000, organizados em 1.000 grupos locais, enquanto a sua publicação periódica atingia a tiragem dos 660.000 exemplares. Como era de prever, o aumento mais significativo deu-se por altura do debate sobre a bomba de neutrões e, sobretudo, a partir da “dupla decisão” da NATO quanto aos euromísseis.

O que se passa com o CND igualmente se poderia verificar com numerosos movimentos de vários outros países, quase sempre com origens e características próprias, muitas vezes mobilizando sectores específicos como os médicos, os jornalistas, as mulheres, os jovens... Na Europa, nos Estados Unidos, no Japão, o novo movimento pela paz tem atingido uma grande amplitude, tem mobilizado milhões de pessoas, tem condicionado poderosamente as posições parlamentares e governamentais.

Alguns antecedentes

Temos utilizado a expressão de *novo* movimento pela paz para designar este processo social desencadeado a partir de 1979-80. Como veremos adiante, a sua “novidade” não lhe vem apenas do seu carácter recente no tempo, mas sobretudo da inovação de que é portador. Todavia o facto de ser novo não impede que o actual movimento pela paz mergulhe as suas raízes nas grandes movimentações pacifistas deste século, designadamente as que antecederam a primeira e a segunda guerras mundiais.

Sem podermos agora referir longamente esses antecedentes, será útil registarmos pelo menos alguns apontamentos.

Antes de 1914, desenvolveu-se na Europa uma importante corrente de oposição à guerra. O seu protagonista foi a Segunda Internacional, onde a influência de Lenine fez prevalecer a tese de que o conflito em gestação era uma guerra imperialista, fruto das contradições intercapitalistas, e que a obrigação do proletariado era recusá-la, transformando-a em guerra revolucionária contra o poder da burguesia. Quando em 1912 a Internacional reúne o seu Congresso em Basileia, uma das resoluções é bem explícita: “O Congresso reclama dos operários de todos os países que contraponham ao capitalismo a força da solidariedade internacional do proletariado... Que os governos tenham bem presente que, nas condições actuais da Europa e dado o espírito que anima os trabalhadores, qualquer guerra se pode tornar perigosa para eles próprios”. Nestas circunstâncias, a luta pela paz estava longe de se fundamentar em qualquer

pacifismo não violento, mas partia de uma leitura da realidade político-social e manifestava-se numa posição revolucionária. A rejeição da guerra assentava num internacionalismo de classe. Era suposto que a solidariedade do proletariado conseguisse neutralizar o conflito inter-imperialista e fazê-lo virar contra si próprio. Como é sabido, a generalidade dos partidos operários europeus havia de “trair” esta orientação da Segunda Internacional, aliando-se às respectivas burguesias em defesa do Estado-Nação. O assassinio do socialista francês Jaurès foi o último episódio a assinalar a derrota dos que se opunham à guerra e quando nos parlamentos europeus se tratou de votar os créditos de guerra esses mesmos partidos operários deram o seu voto favorável. Os nacionalismos prevaleceram sobre o internacionalismo.

O interesse desta referência histórica será o de nos permitir, mais adiante, comparar estas perspectivas com a das lutas actuais.

Avancemos porém algumas décadas. O movimento pela paz que nasceu no último após-guerra estava intrinsecamente ligado, como era de prever, à questão do perigo nuclear. Os primeiros a sentir o alarme a respeito dos poderosos instrumentos de extermínio que muitos deles ajudaram a construir foram os cientistas. São conhecidos os dramas pessoais que angustiaram a consciência de alguns desses cientistas cujas pesquisas, directa ou indirectamente, levaram à produção do explosivo baseado primeiro na cisão e depois na fusão dos átomos. Logo em 1945, ainda antes da detonação das primeiras bombas, um relatório norte-americano conhecido por “Franck Report” colocava sérias reservas à utilização das novas armas. Depois de Hiroshima e Nagasaki, um grupo de cientistas americanos constituiu o “Conselho por um Mundo Habitável” onde estas questões começaram a ser debatidas sistematicamente. Foram pois os homens de ciência os primeiros a organizar-se em torno do perigo atómico. Só mais tarde as populações vieram a sensibilizar-se pelos riscos das contaminações radioactivas, na fase dos frequentes ensaios nucleares na atmosfera – mas o posterior tratado que limitava este tipo de ensaios veio desmobilizar as iniciativas que despontavam.

Até ao final dos anos 40, no entanto, os Estados Unidos tinham o monopólio absoluto das armas atómicas e não é de admirar que fosse o lado soviético a lançar processos no sentido da paz e do desarmamento. O campo socialista era depositário de uma importante tradição nesta matéria, quanto mais não fosse porque um dos primeiros actos da revolução de Outubro fora a promulgação, logo em 26 de Outubro de 1917, do célebre “Decreto sobre a paz”, e que, em geral, o tema da paz era uma constante da política externa da Rússia dos Sovietes. Foi com o prestígio desta tradição – que permitia associar a causa do socialismo e a causa da paz – que importantes movimentos foram lançados na transição dos anos 40 para os anos 50. O cientista francês Frederico Joliot-Curie tem então um papel de relevo ao inspirar o Congresso dos Partidários da Paz, que teve lugar em Paris em 1949, e um ano depois o Congresso de Varsóvia onde havia de nascer o Conselho Mundial da Paz, nesse mesmo ano em que é lançado o Apelo de Estocolmo contra as armas atómicas. Esta linha de intervenção nos domínios da paz e do desarmamento é ainda hoje fortemente activa, mobilizando as correntes pró-soviéticas. Como mais à frente teremos ocasião de ver, o “novo” movimento pela paz tem uma análise própria acerca desses “movimentos oficiais do Leste” e dos seus aliados nos países ocidentais.

As características do movimento

A análise da situação internacional a partir de 1979-80 permitiu-nos concluir a existência de fundamento para a percepção da ameaça de guerra e definir o contexto para o aparecimento de um novo movimento pela paz. Vimos as formas em que ele se manifestou e abordámos de relance alguns dos seus antecedentes. É agora altura de considerarmos mais sistematicamente as suas características, para depois referirmos as dúvidas que o atravessam. Vejamos então as características deste novo movimento pela paz.

Um movimento de massas

A primeira nota visível nas suas expressões é o facto de ele envolver grandes massas populares. Dir-se-ia que nos últimos 40 anos, a contestação das armas nucleares, a luta pelo desarmamento e a responsabilidade da construção da paz deixaram de estar circunscritas a um movimento de “notáveis” para atingirem a dimensão de um movimento de massas. Nesta etapa histórica do desarmamento, vemos pela primeira vez a opinião pública empenhar-se com paixão. “O desarmamento era até agora um assunto de peritos que cultivavam uma atitude de xadrezistas; está em vias de se transformar numa questão popular regional” (Alain Joxe). Por isso mesmo pudemos acima referir que estamos em presença de um dos mais fortes movimentos sociais contemporâneos, porventura comparável ao grande movimento operário que sacudiu durante décadas as sociedades industrializadas.

Pluralismo, interclassismo, diversidade

Mas está longe de ter a homogeneidade deste último. Não sendo um processo classista, o novo movimento pela paz envolve gente de todas as camadas sociais, nisto se distinguindo claramente do processo anterior a 1914 onde – como vimos – a recusa da guerra se fundava num internacionalismo da classe. Agora a composição social é interclassista. Isto mesmo favorece uma outra característica do movimento que é o seu evidente pluralismo. Embora sensibilizando particularmente a juventude, não se pode dizer que seja um movimento de jovens contestatários, já que aglutina as várias gerações e integra gente de todas as idades. Nele coexistem as mais variadas posições políticas, ideológicas, religiosas e culturais. Há os pacifistas em sentido estrito, que rejeitam todo e qualquer recurso às armas defendendo a não-violência ou os métodos de resistência pacífica, muitas vezes inspirados por motivações cristãs, ou por convicções humanistas, quando não pelas doutrinas místicas orientais. Mas também há os que não partilham qualquer pacifismo de princípio e que lutam pelo desarmamento nuclear ao mesmo tempo que apoiam os guerrilheiros dos movimentos de libertação. Há os grupos informais basicamente preocupados com a sobrevivência, como há as correntes mais politizadas, assentes numa análise detalhada dos factores políticos, estratégicos e militares. A par desta diversidade ideológica, nota-se uma grande variedade organizativa, desde as formas mais espontâneas às mais estruturadas.

Conforme os países, assim predomina no movimento pela paz uma ou outra influência, uma ou outra tónica. Enquanto na Inglaterra, como referimos, o pólo

do movimento é o CND – Campaign for Nuclear Disarmament – com muita influência de sectores da esquerda trabalhista, já na Holanda a organização mais influente é confessional e foi criada pelas Igrejas católicas e protestantes: o IKV - Interkerkelijk Vredesleraad, ou seja, Conselho Inter-eclesial pela paz. Enquanto na Itália a mobilização vem sobretudo das juventudes eurocomunistas, socialistas e radicais, na Alemanha Federal o movimento pela paz tem profundas raízes na contestação estudantil, na oposição à guerra do Vietname e no movimento ecológico, abrangendo Os Verdes e vastos sectores do SPD.

Toda esta diversidade política cultural e organizativa leva alguns a concluir pela “desideologização” do movimento, como se ele fosse um corpo informe e inorgânico, teoricamente à deriva, unido apenas conjunturalmente em torno de limitados objectivos táticos. Em parte, este juízo é verdadeiro. Como veremos adiante, o novo movimento pela paz é atravessado por não poucas incertezas. Mas é possível que esta apreciação tenha também a ver com a dificuldade, ou mesmo a impossibilidade, em catalogar o movimento dentro de categorias convencionais. Não é por acaso que os grandes aparelhos tradicionais, como os partidos, os sindicatos, as igrejas, não o conseguem enquadrar e menos ainda controlar. Existe um mal-estar latente e crónico nas relações entre este forte movimento social e os aparelhos históricos.

Um novo internacionalismo

Ao emergir num período em que com razão se fala da crise das ideologias, não admira que este novo movimento pela paz tenha tendência para subalternizar a aproximação estritamente ideológica, para se prender às questões mais directas e imediatas. O que não significa que ele caia no primarismo apolítico ou que se limite à exploração de atitudes meramente emocionais como o medo da catástrofe ou o instinto da sobrevivência. Pelo contrário. As movimentações a favor do desarmamento nos anos 80 têm revelado um elevado grau de politização e têm manifestado avanços significativos na consciência de grandes massas. Mais ainda, essa consciência avançada atinge uma dimensão relativamente global, na medida em que assenta numa compreensão da realidade internacional e em que apreende que a necessária intervenção tem de ultrapassar as fronteiras nacionais.

O movimento pela paz ganha assim os contornos de um novo internacionalismo, representando um novo tipo de cultura e de acção política. O exercício da responsabilidade na construção da paz adquire uma perspectiva planetária, atendendo à mundialização dos problemas e ao carácter necessariamente transnacional das acções a empreender. Não é só a facilidade de deslocação que explica a presença de suecos, holandeses, belgas, espanhóis, ingleses e italianos numa manifestação que percorre as ruas de Bona: existe para além disso a percepção de que as questões são insolúveis no quadro limitado de cada Estado-Nação. Daí o internacionalismo inerente ao movimento, exprimindo uma nova colocação política de grandes multidões.

A crise da democracia

Todo este processo tem desvendado importantes contradições nas democracias ocidentais. Desde logo, um fenómeno é notório: a decisão de instalar os

euromísseis em países como a Bélgica e a Alemanha Federal, foi tomada pelos respectivos governos e parlamentos contra o parecer maioritário da opinião pública. Na falta de mecanismos referendários, as sondagens e os inquéritos comprovam a existência desta contradição, a qual abre sem dúvida uma crise nos sistemas de representação democrática. Quando o poder, em matéria tão grave, decide em sentido contrário ao da maioria dos cidadãos, algo vai mal na democracia representativa.

O sintoma deste desajustamento aponta porém para uma contradição ainda mais fundamental e que tem a ver com a própria natureza dos actuais instrumentos de guerra. As guerras do passado, por maior que fosse o peso da tecnologia das armas utilizadas, supunham sempre uma intensa participação humana, já que o afrontamento dos exércitos assentava na capacidade de maciça mobilização popular. Inversamente, a guerra do futuro pode ser feita por um círculo extremamente reduzido de pessoas, não obstante a sua ocorrência afectar um número incomparavelmente maior de seres humanos, porventura a espécie inteira. Deste elemento decorre uma fundamental reivindicação do movimento pela paz, que é a da democratização das decisões sobre a paz e sobre a guerra. A questão da guerra é importante de mais para ser deixada nas mãos dos políticos e dos generais. Os povos não podem consentir que os seus destinos sejam passivamente confiados aos Estados-maiores, esses mesmos Estados-maiores que formam uma casta com interesses próprios a defender, que sofrem a pressão dos complexos militar-industriais e que frequentemente manipulam as opiniões públicas, usando e abusando de uma contabilidade armamentista deformada, ao mesmo tempo que – com frio cálculo – vão programando cenários de guerra.

A recusa de delegação de poderes

Esta exigência de democratizar as decisões sobre matéria tão relevante, traduz-se numa espécie de recusa de delegação de poderes. Os problemas da segurança colectiva mais do que técnico-militares são político-sociais e, nessa medida, têm de ser assumidos pela sociedade inteira, tornando imperativos o controlo e a participação populares nas opções que são feitas. Eis mais um motivo para introduzir um factor de crise nas democracias ocidentais as quais, sendo supostamente sociedades abertas e participativas, restringem drasticamente o âmbito das decisões no domínio militar, argumentando com a tecnicidade das questões e, mais ainda, com a confidencialidade exigida por razões de segurança nacional e internacional. A experiência, porém, mostra que começa a haver uma apropriação colectiva da própria problemática estratégica e militar, rompendo o hermetismo do seu conhecimento e forçando a democratização do seu tratamento.

A recusa da delegação de poderes atinge para os europeus um ponto culminante quando se confrontam com o fenómeno do quase monopólio do controlo nuclear mundial pelas duas superpotências. Se os povos têm desconfiança em relação às suas elites dirigentes, políticas e militares, com maioria de razão rejeitam a ideia dos seus destinos serem decididos pelo Kremlin, pela Casa Branca ou pelo Pentágono, tanto mais que nos seus cenários de guerra a Europa aparece inevitavelmente como um possível (provável?) teatro de operações. Esta desconfiança face às superpotências e à sua natureza hegemónica soma-se à percepção de que a política de blocos está na origem de uma confrontação

permanente e é um foco de tensões ora latentes ora explosivas. A pertença a um bloco deixou de ser sentida como chapéu-de-chuva protector para ser apreendida como acréscimo de vulnerabilidade. A partilha das zonas de influência e a disputa de hegemonias regionais são responsáveis pelo despoletar ou pelo endurecimento de boa parte dos conflitos nos últimos 40 anos. Por tudo isto, o novo movimento pela paz tem, intrinsecamente, uma vocação não alinhada.

O não-alinhamento

Mais à frente teremos ocasião de aflorar algumas dimensões deste não-alinhamento, particularmente no que diz respeito à forma como são concebidas as relações entre os povos de um e outro lado da “cortina de ferro” e de ambos com o Terceiro Mundo. Mas desde já convém elucidar o significado da vocação não alinhada do recente movimento pela paz. Num primeiro momento ressalta o “anti-americanismo” das suas posições. Não é verdade que as grandes manifestações se mobilizaram em torno da instalação dos novos mísseis norte-americanos na Europa? Não é verdade que as bases da NATO são alvos privilegiados das movimentações? Não é verdade que diversas raízes históricas deste movimento mergulham em processos anti-imperialistas, como a oposição à guerra do Vietname? Não é sobretudo verdade que alguns sectores pacifistas se mostram demasiado tolerantes com o expansionismo soviético, ao lançarem o slogan “antes vermelhos que mortos”? Tudo isso poderá ser verdade, simplesmente o que acontece é que estamos em presença de um movimento que sendo anti-americano (para usarmos uma expressão simplificada), nem por isso é pró-soviético. Muito pelo contrário. E também isto é um fenómeno novo, porquanto os antecedentes históricos, dominados pela bipolarização, exprimiam habitualmente a coincidência de anti-americanismo e de pró-sovietismo. Particularmente este domínio da luta pela paz, conforme acima aludimos, era tradicionalmente um terreno ocupado pelas forças alinhadas com Moscovo, permitindo uma assimilação das causas do socialismo e da paz.

O que entretanto se passou foi a generalização em vastos sectores da esquerda anti-imperialista da crítica ao modelo soviético de socialismo, a par da consciência acerca do carácter hegemónico da URSS como superpotência mundial, incluindo o seu expansionismo militar desde a África à Ásia, culminando com a invasão do Afeganistão. Em consequência, o anti-sovietismo deixou de ser sinónimo de anti-comunismo. É neste ambiente ideológico que emerge o novo movimento pela paz. Para ele a União Soviética já não é a pátria do socialismo e perdeu, em virtude do seu belicismo, a autoridade para se apresentar como defensora da paz.

Muitos dirão que o movimento pela paz, por mais que proclame o seu não-alinhamento ou mesmo o seu anti-sovietismo, faz objectivamente o jogo da URSS, pelo que os seus activistas serão, na melhor das hipóteses, ingénuos bem intencionados. Esta crítica atinge designadamente os propagandistas do desarmamento nuclear da Europa, na medida em que esse objectivo interessaria sobremaneira à União Soviética. O cenário é clássico: atendendo à suposta superioridade convencional do Pacto de Varsóvia, sem a dissuasão nuclear do Ocidente a URSS ficaria com as mãos livres para invadir a Europa Ocidental ou mantê-la como refém, finlandizando-a. Semelhante análise é objecto de intensa controvérsia e não faltam especialistas a contestarem os dois pressupostos do argumento: primeiro é duvidoso que, em termos globais, o Pacto de Varsóvia

detenha superioridade convencional; segundo, a hipótese da ameaça de invasão da Europa Ocidental pela URSS é um preconceito infundado, alimentado pela propaganda anti-soviética.

Seja como for, e mesmo admitindo a coincidência de certos objectivos táticos, não se pode dizer que o novo movimento pela paz seja manipulado ou teleguiado por Moscovo. A independência das suas posições é patente. Bastaria lembrar os incidentes em torno da segunda Convenção END (European Nuclear Disarmament – movimento que adopta a plataforma da Declaração Russell) realizada em Berlim em 1983 e a polémica então havida entre os seus promotores e Youri Joukov, presidente do Comité Soviético de Defesa da Paz. Para estas Convenções convergem todos os movimentos independentes e não alinhados; dirigindo-se a eles por carta, Joukov permitiu-se criticar duramente os organizadores acusando-os de “arrastarem os militantes do movimento anti-militarista para uma verdadeira guerra-fria contra a opinião pública dos países socialistas”.

Ao afirmar-se como independente face às superpotências e ao rejeitar a política de blocos, o movimento define-se pois como não-alinhado. Isto traduz-se evidentemente na defesa de uma maior autonomia e de um novo papel para a Europa, ultrapassando o bipolarismo. Mas é mais do que isso. O novo movimento pela paz corresponde também, nem que seja implicitamente, a uma busca de alternativa aos profundos vícios dos dois sistemas em confronto: o capitalismo alienador e opressivo, o “socialismo” realmente existente. Aqui o não-alinhamento terá o sentido de proximidade a uma mais vasta procura de alternativas quanto a modos de vida, quanto a modelos de desenvolvimento, quanto a formas de organização social.

A busca de alternativa

Um dos campos onde essa proximidade se verifica porventura mais acentuadamente é o movimento ecológico. Não admira que assim aconteça. Tanto o movimento pela paz como o movimento ecológico começam por ser sensíveis ao perigo da catástrofe: o risco do apocalipse nuclear e o risco da destruição do ambiente. Ambos lutam por um mundo habitável, contrariando a lógica do poderio militar e económico que não hesita em pôr em perigo a vida do planeta. A contestação do nuclear, tanto militar como civil, é um símbolo da relativa afinidade entre pacifismo e ecologia.

Mais em geral, porém, o novo movimento pela paz é como um afluente de um caudal mais vasto formado por numerosas outras correntes e movimentos sociais, unidos na mesma busca de alternativas. Um pouco por todo o mundo, muitas vezes de maneira modesta, florescem iniciativas de reflexão e acção que ensaiam a necessária transformação social. Estes movimentos, dispersos e desarticulados, mas ao mesmo tempo sintonizados e convergentes, têm aparentemente uma característica comum que é a dupla atenção ao local e ao global. Eles são concretos, enraizados, sectoriais, intervindo em domínios tão diferentes como a situação da mulher, o desenvolvimento regional, a defesa do consumidor, a ciência, a tecnologia... mas simultaneamente têm consciência da escala planetária a que as questões se colocam.

Vista à luz desta globalidade, a luta pela paz é uma componente do processo de transformação social. O não-alinhamento político aparece ligado à procura de uma sociedade alternativa. Nessa medida, à semelhança dos outros movimentos sociais contemporâneos, o novo movimento pela paz é portador de uma nova cultura, uma cultura de paz.

Uma nova cultura de paz

Que sentido tem uma nova cultura de paz? Antes de mais, toda a análise anterior leva a concluir que a nossa geração é historicamente a primeira que se acha confrontada com a necessidade de abolir a guerra. Dado o potencial acumulado de armas de extermínio, a alternativa paz ou guerra radicalizou-se de tal maneira que a hipótese guerra deixou de ser aceitável, tornando obrigatória a hipótese paz. Daí a necessidade de crítica ao militarismo e à militarização das relações internacionais, enquanto fenómenos que atravessam o conjunto da nossa civilização. Daí também a necessidade de pôr em acção todos os mecanismos políticos, diplomáticos, jurídicos e culturais, em ordem a eliminar a violência do relacionamento entre Estados, promovendo simultaneamente a libertação dos povos e a democratização da vida internacional.

É tempo de concluirmos esta caracterização sumária do novo movimento pela paz que despontou nestes anos 80. Recapitulando a análise, diríamos que são estas as suas principais marcas: não se limita a mobilizar alguns notáveis, mas adquiriu proporções de movimento de massas; não é homogêneo, é interclassista, é pluralista, na sua diversidade ideológica, política e cultural; tendo aspectos de espontaneísmo, assume uma grande variedade de formas organizativas; não é enquadrado pelos aparelhos tradicionais; representa um avanço na consciência política das massas acerca das questões mundiais; traduz-se numa nova colocação política que é também um novo internacionalismo; tem aberto uma crise nos sistemas de democracia representativa e reivindica a democratização das decisões nos domínios da defesa e da segurança; recusa a delegação de poderes; tem uma vocação não-alinhada, afirmando-se com autonomia e independência face aos blocos; o seu não-alinhamento está ligado à busca de uma sociedade alternativa; tem afinidades com os outros movimentos sociais, ecológicos, feministas, etc., que procuram a transformação social na dialéctica do local e do global; finalmente é portador de uma nova cultura de paz.

As questões em aberto

O conjunto destas características desenha um quadro razoavelmente completo onde o movimento independente pela paz surge como um fenómeno digno de ser acompanhado com atenção. Falta averiguar se a actual mobilização que ele provoca se limita a um afloramento conjuntural ou se, pelo contrário, será uma movimentação durável que permitirá sedimentar algumas conquistas para o futuro da humanidade. Seja como for, é inegável que ele introduz já alguns importantes elementos na edificação desse futuro.

A realidade, porém, não consente qualquer triunfalismo. Por maior que seja o crescente peso da opinião pública nas decisões político-militares, a pressão popular está longe de influir decisivamente na marcha dos acontecimentos. A ameaça de guerra não está em vias de se dissipar. Além de que a luta pela paz

não está isenta de dúvidas e hesitações, e mesmo de contradições e impasses.

É a altura de referirmos, para concluir, algumas das questões que estão em aberto e os debates que estão em curso no interior do próprio movimento pela paz.

Utopia ou realismo?

Antes de mais, o dilema da utopia e do realismo. Presente em qualquer intervenção projectada para o futuro, esta dicotomia aparece com maior acuidade no projecto de instaurar uma cultura de paz, num mundo militarizado, dominado pelos mecanismos da correlação de forças. Os riscos da ingenuidade e do moralismo espreitam a cada porta. Certamente dá que pensar o facto de muitos partidos políticos defenderem, quando na oposição, soluções desarmamentistas e anti-militaristas e abandonarem-nas quando chegam ao poder: tem sido o caso dos trabalhistas britânicos maioritariamente favoráveis ao desarmamento unilateral, ou do PSOE a respeito da adesão da Espanha à NATO, ou do PASOK quanto à mesma NATO e quanto à presença militar americana na Grécia. Daí a interrogação sobre a viabilidade dos ideais pacifistas. Resta a perspectiva de que hoje a utopia se transformou numa necessidade histórica. Como corolário resulta que as posições do movimento pela paz, não basta que se fundamentem em princípios éticos, mas têm de assentar num pensamento estratégico simultaneamente realista e prospectivo.

Metas globais ou objectivos tácticos?

Para além deste pano de fundo, questões bem concretas se colocam aos activistas do movimento pela paz, provocando debates e clivagens de opiniões. Uma delas diz respeito à opção a tomar entre duas hipóteses: será preferível propor ao movimento objectivos limitados que sejam largamente consensuais, ou torna-se indispensável ampliar o quadro de referências em ordem a metas políticas mais ambiciosas? Em concreto: a mobilização de multidões tem sido realizada em torno de um objectivo táctico circunscrito que é a luta contra a instalação dos euromísseis; o desarmamento nuclear, particularmente a desnuclearização da Europa desde a Polónia até Portugal, tem constituído o ponto fulcral desse vasto consenso. Simplesmente, a pressão da opinião pública não conseguiu impedir a multiplicação das armas nucleares destinadas ao “teatro europeu”: os SS-20 lá estão, capazes de atingir qualquer parte da Europa Ocidental, enquanto os Pershing II e os Cruise continuam a ser instalados ao ritmo previsto. Deste facto, alguns tiram a conclusão de que é necessário o movimento generalizar as suas propostas para questões de fundo, deixando de estar ao sabor de objectivos pontuais sujeitos a flutuações, a derrotas e consequentemente a desmobilizações. Para uns, o tema do desarmamento nuclear deveria ser integrado numa causa pacifista mais geral, contra todas as formas de militarismo e de violência, até porque a fronteira entre armas nucleares e armas convencionais está cada vez mais diluída, considerando a miniaturização das primeiras (que as torna progressivamente “utilizáveis”) e o crescente carácter “inteligente” das segundas; além de que os instrumentos de morte são todos eles condenáveis, qualquer que seja o seu poder destruidor. Para outros, que não perfilham forçosamente as teses da não-violência, também se impõe a mobilização do movimento pela paz em função de objectivos mais amplos, como

por exemplo o da necessidade dum novo ordenamento europeu que supere as consequências de Yalta e a divisão do continente em blocos antagónicos. Um dos defensores desta última posição é o inglês E. Thompson, um dos teóricos do CND, para quem a derrota táctica sofrida pelo movimento com a instalação dos euromísseis não pode fazer esquecer as importantes vitórias políticas por ele alcançadas e que se verificam tanto no grau de consciência atingido por grandes massas, como nas alterações efectivamente conseguidas mesmo a nível das posições governamentais quer em países europeus quer de outros continentes, desde o Canadá à Austrália e à Nova Zelândia.

Estes argumentos são certamente pertinentes, mas outros sectores do movimento pela paz exprimem o receio de que esta globalização de objectivos, por mais correcta que seja, enfraqueça o impacto das lutas concretas. A proposta de metas relativamente longínquas pode diluir a motivação em torno das preocupações presentes e, em consequência, desmobilizar grande número de pessoas. Para estes sectores é imperioso prosseguir a luta centrada em questões imediatamente perceptíveis e capazes de gerar um consenso alargado, sob pena de se perder o carácter de movimento de massas. Como a eliminação do risco da catástrofe nuclear é o objectivo mais urgente, nele se deve polarizar a mobilização do movimento pela paz.

Unilateralismo ou gradualismo?

Mesmo entre os defensores do desarmamento nuclear como questão prioritária, existem divergências. Algumas correntes preconizam pura e simplesmente o desarmamento unilateral, invocando que o eventual risco que ele implicaria por maior que fosse, seria menor que o risco gerado pela espiral da corrida aos armamentos; a única solução é desembaraçar-se rapidamente das armas de extermínio, antes que haja ocasião de elas se transformarem em alvo de um ataque preventivo dos adversários. Esta posição teve numerosos seguidores na Grã-Bretanha, chegando a congregar a maioria do Partido Trabalhista que fez desse tema um dos pontos da sua campanha eleitoral em 1983. Posteriormente a tese perdeu adeptos, até porque é possível admitir que ela contribuiu para a derrota dos trabalhistas nas eleições de Junho. Os opositores do “unilateralismo” defendem um desarmamento nuclear gradual, embora reconheçam a necessidade de se verificarem, nessa direcção, iniciativas unilaterais. Segundo estes, o movimento pela paz não pode preconizar a rotura dos equilíbrios estratégicos existentes donde poderiam resultar efeitos gravemente destabilizadores de situação internacional, nem pode subestimar os aspectos psicológicos do sentimento de segurança das populações. Daí a importância de insistir na “desescalada”, já que é preciso que alguém comece a inverter a lógica da marcha suicida. O gradualismo das iniciativas unilaterais de desarmamento procura ser uma forma de realismo e de firmeza, menos radical que o unilateralismo mas mais consentâneo com as possibilidades históricas concretas.

Ambas estas correntes, para além das divergências tácticas, defendem a multiplicação de zonas desnuclearizadas na Europa, a começar pelo nível regional desde a Escandinávia e os Balcãs até uma zona tampão na Europa Central, entre as duas Alemanhas, tendo em vista a desnuclearização completa do continente. E como pano de fundo destas metas anti-armamentistas, continua sempre presente o objectivo de superar a divisão da Europa em blocos político-

militares antagónicos.

A Europa e os outros

A este propósito, porém, é indispensável determo-nos numa questão final. O novo movimento pela paz desta década irrompeu especialmente no ocidente europeu: é agora caso de perguntar como vêm estes europeus ocidentais o resto do mundo, como articulam a oposição aos euromisseis e o desarmamento nuclear com os outros grandes problemas da humanidade.

Um observador imparcial que assistisse às assembleias ou às convenções do movimento poderia dar-se conta de diferentes sensibilidades, embora complementares, entre os intervenientes a este respeito. Os participantes da Europa do Norte – escandinavos, ingleses, holandeses, alemães... – mostrar-se-iam predominantemente preocupados com as relações entre o movimento pela paz e os povos dos países do Leste; por sua vez, os participantes do sul da Europa – gregos, italianos, espanhóis, portugueses... (também um pouco os belgas e os franceses) – exprimiriam a preocupação dominante das ligações com o Terceiro Mundo.

Trata-se evidentemente de uma visão sumária e simplificadora, mas com algum fundamento. Seja como for, o mais importante é que o movimento pela paz na Europa Ocidental está atento a estes dois eixos que são as relações Norte-Norte (para além da “Cortina de Ferro”) e as relações Norte-Sul (em ligação com o Terceiro Mundo).

A relação Leste-Oeste

A primeira dimensão corresponde a uma necessidade evidente. Se um dos lemas do movimento é a desnuclearização da Europa desde a Polónia a Portugal, essa questão interessa os povos de ambos os blocos. Se a tensão Leste-Oeste constitui o maior foco de confrontação internacional, não é possível abrandá-la nem eliminá-la sem a participação de um e outro lados. Mais ainda, se o objectivo estratégico é a dissolução dos blocos político-militares e a instauração de um novo ordenamento assente na confiança e na cooperação, tal objectivo não pode ser prosseguido sem a multiplicação dos contactos horizontais entre os movimentos da Europa Ocidental e os dos países do Leste.

Quais as vias deste necessário diálogo? Quais os interlocutores a privilegiar?

Como acima referimos, os países do campo socialista têm uma longa tradição histórica de diplomacia centrada no tema da paz, o que leva à existência, em todos eles, de fortes organizações estimuladas pelas autoridades, bem como do Conselho Mundial da Paz, onde elas se congregam juntamente com as organizações pró-soviéticas dos países ocidentais. Todavia, o facto de estes movimentos, sendo emanações do sistema “socialista”, estarem privados de autonomia e portanto limitados a defenderem posições oficiais do bloco e – o que é mais grave – inclinados por natureza a alinharem com as razões de Estado da União Soviética (mesmo em detrimento do direito dos povos), retira-lhes credibilidade e impede-os de serem reconhecidos como verdadeiros promotores de uma paz justa. Daí que os chamados “movimentos oficiais do Leste” dificilmente

sejam interlocutores do movimento independente pela paz, que precisamente se opõe à lógica dos blocos, à hegemonia das superpotências e aos fenômenos de militarização e belicismo dos regimes que se reclamam do socialismo. Não admira, por isso, que nos contactos existentes ou na participação em encontros conjuntos, o diálogo se revele difícil e as divergências sejam manifestas.

Uma tentação fácil seria a de escolher como interlocutores os dissidentes dos países do Leste. Contudo, o fenómeno da “dissidência” comporta alguns ingredientes que de forma alguma podem agradar às forças progressistas que no Ocidente lutam pela paz: primeiro é uma realidade de escala individual ou de pequenos círculos isolados; segundo, traduz-se frequentemente em posições políticas mais favoráveis ao imperialismo americano e até às correntes ocidentais mais agressivas do que a um autêntico espírito de desanuviamento e de busca de alternativas para superar as confrontações.

De tudo isto decorre que se tem esboçado um diálogo potencialmente fecundo entre o movimento ocidental e os chamados “movimentos independentes do Leste”, e não tanto com os “movimentos oficiais” ou, muito menos, com os dissidentes. Mas o que são esses “movimentos independentes do Leste”? Em diversos países da Europa oriental têm despontado processos com alguma autonomia crítica em relação ao sistema, por vezes semi-clandestinos ou meramente tolerados, com posições tomadas acerca da questão do desarmamento e da paz. A situação é diferente de país para país. Na RDA este movimento tem alguma força, radica-se na acção das Igrejas, mobiliza jovens e trabalhadores, luta pela democratização do sistema, combate a militarização do regime e defende o desarmamento das duas Alemanhas. Na Hungria, apesar de indicações recentes que levam a pensar na auto-dissolução dos grupos, existe um movimento ainda mais autónomo, formado essencialmente de estudantes, intelectuais e comunidades religiosas de base, que desenvolvem uma activa campanha anti-nuclear e buscam o diálogo com os organismos oficiais mas também com os opositores ao regime. Na Checoslováquia há a conhecida “Carta 77”, grupo mais ideologizado e porventura mais dividido, mas que se tem preocupado crescentemente pelas questões de paz, recusando a política de blocos e aproximando-se das posições dos movimentos ocidentais pelo desarmamento. A Polónia tem neste domínio uma situação peculiar, na medida em que o mais forte movimento independente, o Solidariedade, tem aparentemente subestimado esta problemática – apesar de despontarem preocupações em sentido contrário – e tem-se inclinado a ver nos movimentos pela paz os aliados dos soviéticos. Finalmente na própria URSS, em diversas cidades mas sobretudo em Moscovo, destaca-se o Grupo para um estabelecimento da confiança entre a URSS e os EUA, criado na sequência de Helsinquia, entre perseguido e ignorado pelas autoridades, o qual defende o incremento do diálogo Leste-Oeste tanto ao nível de governantes como na base.

Estes “movimentos independentes do Leste” têm sido convidados a participar nas Convenções de Bruxelas, Berlim e Perugia, ao mesmo tempo que os “oficiais”, mas quase sempre tem havido problemas com as autorizações para saírem dos respectivos países. Eis mais uma razão para se compreender que a causa da paz é indissociável da causa pelas liberdades democráticas.

O simples enunciado desta relação levanta, porém, um problema de fundo. É

sabido que o tema das liberdades democráticas ou, dito de outro modo, dos direitos humanos nas sociedades do Leste, tem sido manipulado pela propaganda anti-soviética, com ênfase para os tempos do Presidente Carter que se arvorou em campeão desta causa. Dir-se-ia que ela foi usada como moeda de troca por altura da Conferência de Helsínquia em 1975: o Ocidente aceitaria o *status quo* na Europa, mas em contrapartida exigiria maior respeito pelos direitos humanos no campo socialista. Daqui resultou uma divisão de terrenos: os dirigentes do Leste falam de paz, os do Ocidente apregoam os direitos humanos.

Confrontado com esta situação, o movimento independente pela paz não se pode conformar com a dicotomia. Não pode consentir que a defesa da paz seja considerada apanágio dos pró-soviéticos nem que a luta pelas liberdades democráticas seja hipocritamente instrumentalizada pelo capitalismo ocidental. Elas são objectivamente inseparáveis, e qualquer forma de totalitarismo é impedimento para a construção de uma paz justa, de que só os povos livres podem ser protagonistas.

A relação Norte-Sul

Considerado este primeiro eixo que é o do relacionamento entre os povos de um e outro bloco, é altura de referirmos o modo como o novo movimento pela paz tem encarado a relação com essa outra realidade multifacetada que são os povos da Ásia, da África e da América Latina. Com algum fundamento se pode acusá-lo de europocentrismo, na medida em que, absorvido pelo pesadelo da ameaça de guerra que paira sobre o velho continente, terá tendência a subestimar esses outros pesadelos que desde já se abatem sobre o Terceiro Mundo, desde o subdesenvolvimento e a fome até à proliferação das guerras regionais. Esta eventual crítica, porém, não é inteiramente justa. Entre as diversas correntes que se empenham na luta pela paz há uma sensibilidade de princípio para com os problemas do “Sul”, embora ela se manifeste de formas variadas.

Uma primeira aproximação cristalizou-se à volta do binómio desarmamento-desenvolvimento. São conhecidos os cálculos pedagogicamente vulgarizados onde se desdobram os termos de gritantes comparações; o dinheiro que se gasta num submarino de propulsão nuclear daria para construir tantas e tantas escolas; o custo de um porta-aviões permitiria erradicar do mundo tal ou tal endemia; os 4 ou 5 milhões de contos que em cada hora que passa são gastos no mundo em despesas militares seriam bastantes para suprir enormes carências da humanidade; etc., etc. Em suma, os gigantescos encargos com armamento poderiam e deveriam ser canalizados para tarefas de desenvolvimento. Alguns sectores, designadamente sindicais, têm tendência para aconselhar cautela neste raciocínio, na medida em que de um tal processo poderia resultar como consequência o desemprego em massa dos trabalhadores da indústria militar. Em resposta a esta objecção, têm sido elaborados estudos a respeito da possibilidade de reconversão das indústrias militares em indústrias civis, como é o caso do célebre dossier encomendado pelo Secretário-geral das Nações Unidas e conhecido por Relatório Thorsson, do nome da dirigente sueca que presidiu à Comissão que o redigiu. Enfim, é historicamente viável transferir para o desenvolvimento os custos do armamento, embora tal transferência não possa ser vista em termos primários e mecanicistas, como se para desenvolver bastasse desarmar. O problema do desenvolvimento é bem mais vasto e não se resolve pela

mera operação de afectação de recursos.

Avançando na articulação entre a causa da paz na Europa e o relacionamento com o Terceiro Mundo, outras perspectivas teriam ainda de ser analisadas. Não é possível ignorar que nos últimos quarenta anos, com a Europa ao abrigo dos horrores da guerra, os três continentes do “Sul” têm sido os palcos de guerras sangrentas verificando-se como que uma “exportação” das áreas de conflito para as regiões periféricas. O Terceiro Mundo é o actual espaço de disputa e de partilha, dele beneficiando as potências hegemónicas, os comerciantes de armas, todo o “Norte” industrializado... E muitos admitem a probabilidade de uma nova guerra mundial ter como rastilho um conflito periférico.

Eis quanto basta para compreender que a segurança europeia é indissociável de uma mais vasta segurança internacional. Mais ainda e sobretudo, a paz na Europa é inseparável de um novo ordenamento mundial onde a justiça nas relações Norte-Sul tem um lugar prioritário. O mesmo movimento que leva os Europeus a aspirarem por maior autonomia face às superpotências, leva-os também a precisar de serem protagonistas de um novo relacionamento com o Terceiro Mundo.

Por todas estas razões o novo movimento pela paz tem procurado amadurecer o modo de reflectir e de agir acerca da ligação entre a sua luta e as lutas dos povos da Ásia, da África e da América Latina. Articular o desarmamento nuclear e a construção da paz com a solidariedade e a cooperação com os movimentos de libertação e as lutas populares do Terceiro Mundo e com o combate por uma nova ordem internacional, tem sido uma preocupação crescente. Alguns activistas hesitam em avançar nesta direcção, com o receio de provocar roturas no movimento pela paz ou de estreitar a sua margem de consenso. Mas tende a generalizar-se a percepção de que esta problemática se impõe. Na opção pelo não-alinhamento cruza-se uma maneira de estar na relação Leste-Oeste mas também um projecto coerente na relação Norte-Sul.

Este longo panorama, acerca das características do novo movimento pela paz bem como das interrogações e incertezas que o atravessam, está longe de ser exaustivo dados os necessários limites do presente texto. Um estudo mais completo do fenómeno no seu conjunto haveria de considerar temas tão diversos como as diferentes leituras da situação estratégica internacional, os debates à volta do complexo problema da reunificação alemã, as questões da proliferação nuclear desde a “force de frappe” francesa até à multiplicação de países que já possuem ou são capazes de fabricar armas nucleares, as pesquisas relativas à resolução não violenta dos conflitos inter-estatais, a busca de sistemas alternativos de defesa, os esforços da educação para a paz, etc., etc. Basta este enunciado para fazer recordar as inúmeras ramificações e a notável complexidade da problemática da luta pela paz.

Todavia, esta mesma complexidade, é porventura redutível a uma única questão. Até ao presente, todas as sociedades humanas se habituaram a conviver, a integrar e tantas vezes a glorificar o fenómeno guerra. A nossa geração é a primeira na história a ver-se confrontada com a necessidade absoluta de o abolir. Se falhar nesse combate, ele poderá ser o último, sem vencedores.